



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice – Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Gabinete do Vice-Presidente

Email: arquivo@alra.pt

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa a
Presidente da Assembleia
Legislativa da R.A.A.
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Ponta Delgada
		Sai-VPG/2014/507/F	106-24/01	30-06-2014

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 252/X – ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA ILHA DO CORVO

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, encarrega-me S. Exa. o Vice-Presidente do Governo Regional de remeter em anexo os elementos solicitados.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Luís Manuel Pereira dos Santos Borrego

Anexo: Os indicados
JR/FM

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1983	Proc. n.º 54.07-09
Data: 04/07/14	N.º 252, X

PARECER FINAL SOBRE AS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS DA TERCEIRA E DO CORVO

Dezembro de 2013

A Comissão

Cláudio Torres

Ana Catarina Sousa
Ana Isabel Gomes
Ana Margarida Arruda
Angus Duncan
Avelino Meneses
Francisco Maduro Dias
Gabriela Queiroz
Isabel Albergaria
João Luís Gaspar
José Damião
Raquel Vilaça
Rui Parreira

Ano 4
2
J
UP

I – OBJECTIVO

A presente Comissão foi constituída pelo Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional da Cultura (DRaC), para apresentar um parecer, de natureza interdisciplinar e cientificamente fundamentado, sobre as ocorrências patrimoniais recentemente identificadas no Espigão / Grotta do Medo e no Monte Brasil, na ilha Terceira, e na ilha do Corvo.

Este parecer visa também um aconselhamento sobre as estratégias, metodologias e acções eventualmente necessárias, a desenvolver no futuro.

II – CARACTERIZAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Direcção Regional da Cultura (DRaC) forneceu a cada um dos elementos da Comissão uma compilação exaustiva de todas as informações técnicas, pareceres, requerimentos e recortes de imprensa relativos às ocorrências atrás mencionadas.

A Comissão efectuou missões ao Monte Brasil e ao sítio do Espigão / Grotta do Medo, tendo sido complementarmente realizada observação às curraletas da Mata da Serreta, às relheiras de São Brás e à costa das Quatro Ribeiras, de acordo com o programa definido pela DRaC. Foi ainda efectuada a análise visual da rocha recolhida nas Quatro Ribeiras, actualmente depositada no edifício da Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico (DPMIA).

A Comissão deslocou-se igualmente à ilha do Corvo, tendo-se observado directamente as estruturas da Ribeira do Portal do Carro, da Ribeira da Fonte Fria, da Fonte da Lomba da Rosada e do Caldeirão.

As metodologias utilizadas na avaliação efectuada pela Comissão são inerentes à aplicação dos conceitos científicos das respectivas áreas disciplinares e temáticas.

Considerou-se pertinente a adopção de uma abordagem interdisciplinar para análise e interpretação das diversas ocorrências que pode ser definida como “arqueologia da paisagem”. Esta abordagem holística inclui por um lado uma inter-relação estreita com as ciências da terra e paleo-ambiente, e, por outro, com as ciências sociais, nomeadamente com a Arqueologia, História, História de Arte ou Antropologia.

Esta abordagem reveste-se de uma importância crucial, uma vez que os vestígios arqueológicos se encontram em estreita correlação com as componentes físicas do território, tais como relevo ou depósitos sedimentares. Considera-se também de particular pertinência uma abordagem que permita a distinção entre processos naturais e antrópicos, deposições primárias e secundárias. No caso em apreço, atendendo ao substrato geológico dos Açores, a análise centra-se nos processos relacionados com a Vulcanologia cujos fundamentos científicos assentam, por exemplo, no discutido em Cas e Wright (1987) e em Sigurdsson *et al.* (2000).

As paisagens constituem ainda mundos de produção cultural, em que cada

3
Am
Antel
SAL
Cefr
H

comunidade e geração assume o seu mapa cognitivo e constrói o seu mundo antropogenético. Neste sentido, a interpretação da paisagem e dos diversos elementos antrópicos que a constituem tem de necessariamente ser efectuada numa perspectiva integrada de todo o devir histórico. A contextualização histórica de cada ocorrência assume particular importância, cruzando fontes históricas e do património construído. O conceito de património cultural é aliás entendido de uma forma ampla, sendo redutora a leitura separada das várias áreas disciplinares.

Importa ainda definir claramente o que se entende por sítio arqueológico e a pertinência de aplicar metodologias arqueológicas. São muitas as definições, tais como as de Feder: «Um sítio arqueológico é uma zona descontínua e delimitada onde seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer actividade – e onde indícios físicos resultantes dessas actividades podem ser recuperadas por arqueólogos» (Feder, 1997, p. 42) ou da Lei de Bases do Património Cultural «(...) Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) Cujas preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) Cujas principais fontes de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.» (Artigo 74, nº 1).

Na presente avaliação foram usados métodos e critérios de âmbito arqueológico, restritos à pesquisa não intrusiva, com os mesmos procedimentos da prospecção de superfície. Os critérios de análise adoptaram as metodologias preconizadas em A.A.V.V (1992), Ruiz Zapatero (1981) ou Ferdière (2006), aplicados à prospecção por amostragem, em contextos de reduzida visibilidade do solo.

2 – ESPIGÃO / GROTA DO MEDO

O sítio do Espigão / Grotta do Medo desenvolve-se no flanco Sudoeste do Maciço Guilherme Moniz, dominando o extenso vale de Linhares, que se estende no seu sopé.

Sob o ponto de vista geológico, este lugar situa-se numa zona caracterizada pela existência de domos e escoadas lávicas de natureza traquítica (*s.l.*), associados à actividade do vulcão Guilherme Moniz, cuja génese se encontra datada de há mais de 180 mil anos.

As lavas traquíticas têm viscosidades elevadas, pelo que se caracterizam por apresentar grandes espessuras e uma estrutura interna marcada pelo desenvolvimento de disjunção laminar, incluindo horizontes vesiculares. A disjunção laminar é definida por planos (a) quer horizontais ou sub-horizontais, paralelos à superfície de escoamento, em resultado das diferentes velocidades evidenciadas pelos vários níveis de fluxo; (b) quer arqueados no sentido do topo da escoada, fruto da diferença de velocidades entre a frente e o corpo de cada unidade de fluxo. Numa fase posterior, logo após a sua implantação, o processo de arrefecimento gradual das escoadas conduz à formação de fracturas verticais a sub-verticais.

Archi
P. S. A. L.
C. S. F.
h

A actuação dos processos de erosão nas escoadas lávicas traquíticas faz-se, preferencialmente, pelas fracturas de arrefecimento e pelos principais planos de disjunção laminar, e vai acentuando a perda de unidade das escoadas que, ao longo do tempo, tendem para estruturas desagregadas, formadas por blocos soltos e, em casos extremos, esferoidais.

A desagregação das escoadas lávicas traquíticas aumenta a sua susceptibilidade à ocorrência de movimentos de massa que, no caso vertente, se traduzem pela queda e pelo rolamento de blocos até atingirem uma posição de estabilidade, formando depósitos detríticos.

Historicamente, este sítio integra-se numa área que, nos séculos XVII e XVIII, fazia parte de uma vasta "matta grande tapada e aparedada que dizem ter quinze moyos", que incluía a já então chamada Quinta da Pateira, e era propriedade dos Jesuítas da ilha do Faial. Este conjunto de propriedades fora-lhes doado pelo capitão Francisco Dutra de Quadros por testamento de 15 de Fevereiro de 1644, aprovado a 8 de Junho de 1645, e administrado pelos Jesuítas da Terceira até à sua expulsão do reino. De acordo com a *Topographia da Ilha Terceira*, do padre Jerónimo Emiliano de Andrade, na sua segunda edição (1891), revista por Manuel Vieira Mendes da Silva, a Quinta da Pateira pertencia então a Carlos Augusto Portugal Ribeiro (1821-1894).

Nas missões efectuadas no terreno, foram observadas, em vários blocos traquíticos dispersos, incisões de secção rectangular feitas a guilho, que correspondem ao processo de corte da pedra, como, aliás, é tradicionalmente reconhecido. Tais incisões aproveitam os planos de disjunção laminar acima descritos.

As diferentes depressões, de dimensões e formas variáveis, encontradas em muitas secções da escoada lávica traquítica e em alguns dos blocos a ela pertencentes correspondem a vesículas primárias e reflectem o processo de desgaseificação natural das lavas.

No topo e no flanco Este da estrutura traquítica do Espigão/ Grota do Medo foi inscrita acção antrópica pontual, datável claramente das épocas moderna e contemporânea, que integra uma unidade paisagística construída, interpretada genericamente como Jardim Romântico.

Ao longo da estrutura vulcânica encontra-se diversos blocos traquíticos soltos e distribuídos aleatoriamente sobre um solo argiloso, em muitos locais bem preservado. Alguns destes blocos, por vezes, com fractura de impacto, assentam de forma discordante uns sobre os outros, formando cavidades naturais. É o que acontece no segmento da Fonte dos Pombos, onde, numa extensa faixa de material remobilizado, se identificam cavidades deste tipo.

No topo da estrutura traquítica, observa-se igualmente algumas cavidades, neste caso, maioritariamente constituídas por blocos que se encontram na sua posição original, ou sofreram pequenos deslocamentos. Estas unidades foram sujeitas a acções antrópicas pontuais, nomeadamente através da colocação de muretes de pedra seca que preencheram os vãos entre os blocos, da aplicação de reboco, da colocação de lajes verticais e de lintéis.

5
 Análise
 RAL
 Cup
 h

Contudo, as soluções construtivas aqui adoptadas – em particular a ausência de alicerce nas lajes colocadas na vertical, ao modo de «esteios» – não permitem sustentar a sua atribuição a um contexto pré-histórico. Ademais, julga-se de assinalar que não se observou nestas unidades do Espigão / Grotta do Medo qualquer evidência de mamoa. Como se sabe, a mamoa, ou túmulo, isto é o volume arquitectónico exterior dos edifícios tumulares megalíticos cujo interior era estruturado com grandes lajes de pedra, sofreu ao longo de milhares de anos um processo de erosão laminar mais ou menos acentuado, do qual resultou a característica imagem de carcaças pétreas, imponentes e rudes, que hoje em dia apresenta a generalidade das câmaras megalíticas conhecidas na Europa ocidental. Este aspecto assume particular importância, já que foi essa imagem de «grandes pedras», que no contexto de Jardim Romântico do espigão / Grotta do Medo se terá intencionalmente procurado mimetizar, que esteve na origem de muitas das lendas populares com que se procurou explicar a origem dos megálitos e que mais impressionou os viajantes e eruditos europeus entre os séculos XVII e XIX, conduzindo ao que tem vindo a designar-se de *Megalithomania*.

Em algumas destas cavidades adaptadas a abrigo, sobretudo nas que se localizam na encosta, regista-se a presença de construções mais elaboradas, como bancos de pedra e tanques para recolha de água, com vestígios de revestimento de argamassa que incorpora conchas (embrechados).

Ao longo da cumeada, e debruçadas sobre a escarpa, situam-se duas edificações em pedra insossa, de planta rectangular e parede com esbarro, com cerca de 4 m de altura. Ambas têm acesso ao topo por um lanço de escada a eixo. Trata-se de construções maciças, de pedra relativamente aparelhada, uma das quais de grande aparelho e com aplicação de argamassa tradicional nos cunhais e no rebordo superior. Estas estruturas são comuns na arquitectura das “quintas da laranja” a partir do século XVIII, sendo vulgarmente conhecidas como mirantes. Tinham funções várias, incluindo usos lúdicos e recreativos.

Junto a um destes mirantes, localizam-se covachos de origem antrópica, de forma sub-rectangular e subcircular, abertos na rocha, que provavelmente lhe são coevos.

Em toda a vertente foram traçadas escadarias e erguidos muros de suporte que criam plataformas e dirigem o visitante ao longo de percursos orientados. Estes caminhos, de sentido ascendente, conduzem a diversos sítios de estar. Destaca-se o banco talhado na rocha de recorte curvilíneo, a «Gruta de Camões» (que integra a «Fonte de Castalia»), a «Fonte dos Pombos» e o «Penedo de São Pedro», designações inscritas na rocha em letras capitulares que a epigrafia permite datar dos séculos XIX e XX.

Sobre uma rocha que apresenta arestas vivas - o que evidencia a fractura em época moderno-contemporânea - observa-se dois pequenos círculos concêntricos, incisos com instrumento metálico, técnica similar à que foi utilizada nas inscrições acima mencionadas.

Numa das plataformas inferiores, jazem pilaretes incompletos de ângulos facetados, um dos quais conserva ainda vestígios de argamassa de revestimento, onde estão incrustados fragmentos de faiança e loiça esmaltada datáveis do século XIX.

Assim, os alegados «monumentos megalíticos» do Espigão/Grotta do Medo, um dos

6
Anselmo
R. A. M.
C. P.
L.

quais figura em painel onde, por iniciativa da Junta de Freguesia de Posto Santo, se sinaliza o, ali denominado, «Complexo Megalítico da Grota do Medo», resultam de artificialização de uma formação natural preexistente; a antropização dessa formação foi obtida por construção de muros de pedra insossa e também, admissivelmente, por deslocamento intencional de um bloco pétreo. O que significa que nem a arquitectura – que não corresponde a nenhum arquétipo megalítico conhecido de cronologia antiga (isto é, pré-histórica) –, nem a solução construtiva adoptada – em particular a ausência de alicerce nos «esteios» e a ausência de mamoa – poderão sustentar uma atribuição das construções que têm vindo a ser considerados monumentos megalíticos a uma época antiga, nomeadamente anterior ao povoamento quatrocentista dos Açores.

Por outro lado parece claro que a adaptação das estruturas naturais existentes a outras finalidades, resulta na composição de uma paisagem litográfica de grande efeito cénico, testemunho eloquente do espírito romântico na aliança estreita entre a natureza e a cultura. Os elementos datáveis que se encontram integrados no conjunto - mirantes, inscrições epigráficas com referências literárias, vestígios de embrechados e pilaretes de pedra eventualmente usados em guardas de escadarias ou caminhos - permitem, com bastante segurança, afirmar que o local, na parte correspondente a uma parcela da antiga quinta da Pateira, foi construído com intenções lúdicas e de recreio a partir da segunda metade do século XIX. Deve lembrar-se que o mesmo tipo de construções com grutas e túneis quer de formação natural, quer artificiais, são conhecidas no espaço de outros jardins do romantismo açoriano, nomeadamente no «Pico Furado» nas margens da Lagoa das Sete Cidades, na Lagoa do Congro e no jardim António Borges, em Ponta Delgada.



Fig. 1: O sítio do Espigão / Grota do Medo.

M.
7. 01/10/14
SAU
Cabe
↓

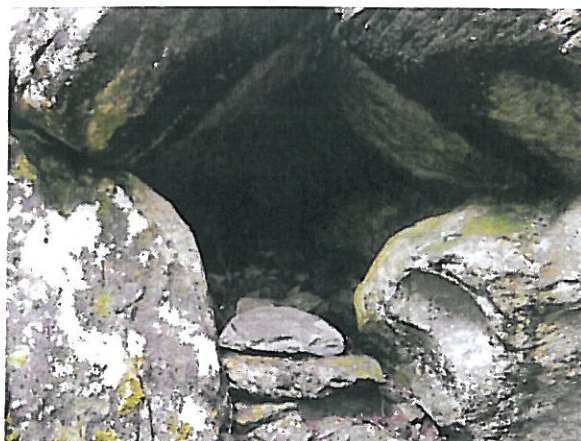


Fig. 2: Cavity natural, formada por blocos traquíticos soltos, na sua posição original.

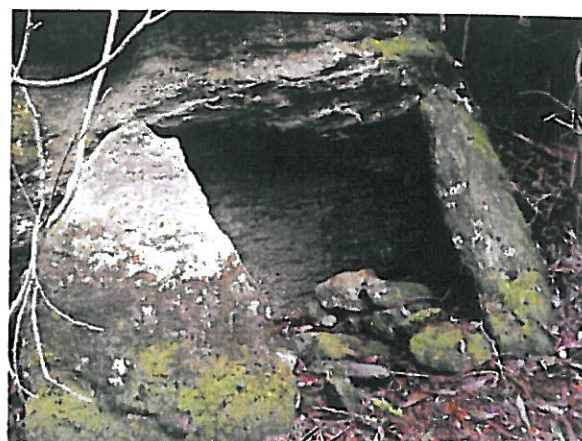


Fig. 3: Cavity natural com acção antrópica (lintéis) de época contemporânea.



Fig. 4: Uma das cavidades naturais com construções de época contemporânea situadas na vertente, integradas no programa do Jardim Romântico.



Fig. 5: Vista lateral de estruturas naturais formadas por blocos traquíticos soltos, distribuídos aleatoriamente sobre o solo.

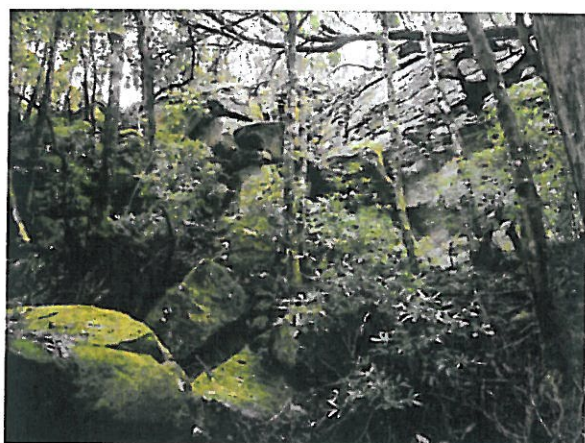


Fig. 5: Aspecto da vertente, com blocos dispersos aleatoriamente em primeiro plano, e escoada lávica traquítica, ao fundo.

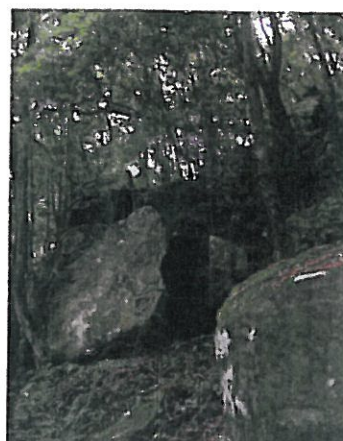


Fig. 6: Blocos com fractura de impacto, assentando de forma discordante uns sobre os outros, formando cavity natural.

8
ma
chirki JAU
Cafz
k



Fig. 7: Estrutura componente do Jardim Romântico: mirante



Fig. 8: Aspecto de gravação moderna sobre superfície de rocha recentemente cortada.



Fig. 9: Exemplo de vesículas em rochas traquíticas.



Fig. 10: Exemplo de vesículas em rochas traquíticas.



Fig. 11: Incisões feitas a guilho, que correspondem ao processo de corte de pedra



Fig. 12: Incisões feitas a guilho, que correspondem ao processo de corte de pedra

ms
Chel
PAM
Cfr
k

3. MONTE BRASIL

Sob o ponto de vista geológico, o Monte Brasil corresponde a um cone de tufos formado no decorrer de uma erupção basáltica de natureza submarina. Neste contexto, a estrutura interna deste centro vulcânico, que apresenta cerca de 200 metros de altura acima do nível do mar, é fundamentalmente marcada pela sobreposição de níveis de piroclastos basálticos submarinos com espessuras variáveis, métricas a subcentimétricas, formando um tufo palagonítico litificado.

Historicamente, já em finais do século XVI (c. 1590), o Monte Brasil estava ocupado por uma quinta particular pertencente a Manuel do Rego da Silveira e por algumas fortificações na sua linha de costa, nomeadamente São Benedito e Santo António, voltados a Angra, e São Diogo, voltado à baía do Fanal. Na viragem do século XVI para o século XVII, foi iniciada a construção do sistema fortificado que veio a constituir aquela que é a fortaleza de São Filipe / São João Baptista do Monte Brasil. Os caminhos de acesso aos Picos do Facho, das Cruzinhas, e do Zimbreiro, bem como à Caldeira e aos fortes costeiros, foram abertos no contexto desta fortificação, conforme cartografia conhecida e publicada. Nos séculos XIX e XX, a zona do forte de São Diogo sofreu obras de modificação, sendo ali construídas baterias da época liberal. Por sua vez, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foram erguidas estruturas de apoio a baterias anti-aéreas, de referência e de protecção, que envolvem o Pico das Cruzinhas e o Pico do Facho.

No Pico do Facho, regista-se a presença da antiga casa do facheiro, bem como o posto semafórico, função iniciada no século XVI e continuada até ao século XX. A associação das construções militares mencionadas a estruturas escavadas na rocha de morfologia variável (canais, depressões de forma rectangular) evidencia a instalação de armações complexas de madeira relacionadas com os mecanismos de funcionamento do semáforo e dispositivos complementares. Paralelamente, conforme referido, são também visíveis plataformas de instalação de metralhadoras anti-aéreas e estruturas de apoio à guarnição militar, inequivocamente da Segunda Guerra Mundial.

Em vários pontos do Pico do Zimbreiro foram observadas cavidades artificiais abertas frontalmente na rocha a partir do nível de terreno adjacente, o que inviabiliza qualquer acesso vertical, como é de regra nos hipogeus de matriz cultural fenícia e púnica, que, assim, se constituem como criptas completamente fechadas, a que se acedia através de um “poço” ou escada vertical de acesso. Nestas, pretendia-se um espaço reservado e sombrio e, por isso mesmo, a câmara funerária, subterrânea (cripta) era fechada com laje, que, contudo, não ocupava toda a largura do seu acesso, em escada ou poço.

As estruturas do Monte Brasil apresentam marcas de picão, não possuem qualquer sedimento no seu interior e implantam-se junto aos percursos previamente referidos. A abertura é frontal e muito ampla, o que é também incompatível com um espaço em cripta.

na
 Ch...
 CA
 C...
 dy

Duas destas cavidades, no acesso da Caldeira e «Caminho das Belas-donas», apresentam bancos ao longo da parede interna.

No caminho de ronda da cortina de S. Diogo, na sua extrema, duas outras registam características que evidenciam uma função de captação e armazenamento de água, nomeadamente canais, canaletas e pias talhados nas paredes e na base, bem como um reservatório com escadaria de acesso e vestígios de reboco. A existência de pequenas fontes de água já é referenciada em cartografia seiscentista, o que reforça a interpretação quanto à sua funcionalidade.

Estas observações *in loco*, que permitiram constatar a inexistência de elementos antigos, i. e., anteriores a uma cronologia quatrocentista, são reforçados pela documentação histórica conhecida e pela documentação arquivística, que não ilustram a descoberta de construções anteriores quer por parte dos povoadores originais, quer de visitantes posteriores, nacionais e estrangeiros.



Fig. 13: Pico do Facho, Monte Brasil. Posto semafórico
 E casa do facheiro



Fig. 14: : Pico do Facho, Monte Brasil. Estruturas escavadas
 na rocha, para instalações de madeira de apoio ao posto de
 sinalização

ma
11 Char - PAE



Fig. 15: Monte Brasil. Abrigo artificial aberto frontalmente a picão.

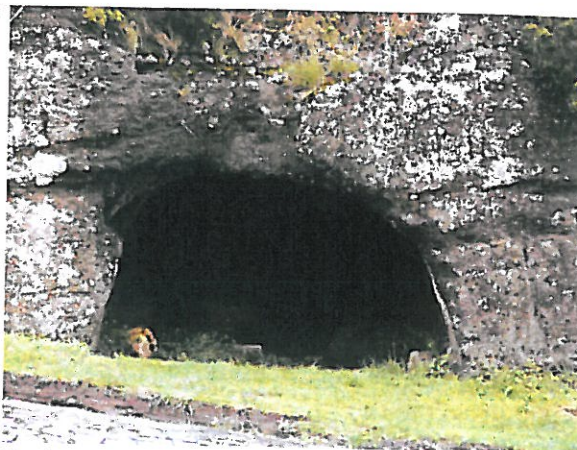


Fig. 16: Monte Brasil. Abrigo artificial aberto frontalmente a picão.

Café
k



Fig. 17: Monte Brasil. Pias e canaletas, talhadas na rocha em cavidade artificial escavada a picão para recolha de águas



Fig. 18: Monte Brasil. Cisterna escavada na rocha, com escadaria de acesso e vestígios de reboco.

12
m.
Ar-lep
SAU
Cefe
Lg

3. ILHA DO CORVO

Na ilha do Corvo, as deslocações foram dirigidas aos núcleos de ocorrências da Ribeira do Portal do Carro, da Ribeira da Fonte Fria e da Fonte da Lomba da Rosada e, por fim, ao Caldeirão. Foram também realizados alguns inquéritos junto de habitantes quanto à designação tradicional das estruturas observadas e à sua funcionalidade.

Sob o ponto de vista geológico, a ilha do Corvo é marcada por um vulcão central com caldeira, designada por Caldeirão. Nos flancos do vulcão central observam-se alguns cones de escórias e uma extensa rede filoniana que forma frequentemente relevos de resistência. Dos locais visitados destacam-se, sob o ponto de vista geológico, as pequenas elevações que formam penínsulas ou ilhotas nas lagoas que existem no interior do Caldeirão. Estas correspondem a cones de escórias e de *spatter* e corpos filonianos de natureza basáltica (s.l.). As características deposicionais destes produtos vulcânicos possibilitam a formação de cavidades naturais que fenómenos secundários podem acentuar.

Em termos histórico-arqueológicos, de entre as estruturas examinadas nos diferentes locais visitados, algumas apresentam marcas de acção humana, sendo de pedra seca; porém, nenhuma evidencia indícios ou uma datação anterior ao povoamento quatrocentista dos Açores, quinhentista no caso da ilha do Corvo.

Os dados recolhidos no contacto com os habitantes, que designam as pequenas construções de pedra seca como “chiqueiros dos porcos” ou “furnas dos porcos”, permite confirmar o seu carácter utilitário, estreitamente associado à actividade agro-pecuária, que se desenvolveu com o início da ocupação humana quinhentista da ilha.

Parece ainda importante referir que as fontes chamadas muitas vezes à colação para esgrimir argumentos de uma ocupação antiga da ilha do Corvo devem ser obrigatoriamente e correctamente situadas no seu contexto histórico de produção. Apenas deste modo se poderá identificar o seu sentido, tenha sido este meramente utilitário ou, pelo contrário, de cunho propagandístico. Este cuidado, axial no campo disciplinar das ciências históricas, revela-se de particular importância no tocante a certas fontes de natureza literária e com objectivos laudatórios.

Está neste caso a obra do humanista português Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, na qual se refere a existência de uma estátua de um cavaleiro apontando para Ocidente. Única fonte quinhentista a referir esta misteriosa estátua – a qual, de resto, o autor nunca viu *in loco* –, a crónica de Damião de Góis tem sido usada de modo acríptico para afirmar, sem mais, a efectiva existência de uma estátua, entretanto “desaparecida” ou “gasta” pelo tempo.

Situada no seu tempo, devidamente contextualizada, a *Crónica do Príncipe D. João* deve ser interpretada não tanto como uma fonte histórica que refletiria o que “realmente” existiu ou o que fizeram D. João ou D. Manuel, mas como um texto encomiástico, que obedece quer aos cânones da literatura humanista, quer aos da cronística de corte. Assim, “estórias” como a da existência de uma estátua equestre cujo cavaleiro apontaria com o

dedo para Ocidente não deve ser lida literalmente, mas como uma construção simbólica, uma manifestação de que Portugal e, em concreto, o rei estava predestinado a navegar e a vencer o Oceano. A *Crónica do Príncipe D. João* é, deste modo, um belo exemplo de um documento-monumento, um produto de propaganda, como, no século XVI, foram também algumas das obras de Gil Vicente ou de Duarte Galvão.

Por outro lado, e relativamente ao conjunto numismático do século III a.n.e. alegadamente recuperado no Corvo em 1749 (Podolijn, 1778), que é habitualmente também utilizado para justificar uma ocupação antiga do arquipélago em geral e da ilha do Corvo em particular, deve dizer-se que a sua origem é muito discutível e, por isso mesmo, discutida no seio da comunidade científica (Monod, 1973), não havendo consenso sobre o facto de as nove moedas actualmente na Suécia terem sido encontradas, de facto, na ilha do Corvo (Guerrero Ayuso, 2009). Não pode nem deve também esquecer-se que, na década de 80 do século passado, decorreram duas campanhas de trabalhos arqueológicos na ilha do grupo ocidental (Isserlin, 1984; Butler e Isserlin, 1990), que foram dirigidos por investigador especialista em arqueologia fenícia e púnica. As escavações, implantadas em dois locais distintos da ilha, não proporcionaram a recolha de quaisquer evidências antigas, uma vez que ou não revelavam sedimentos de cariz antrópico, ou esses eram datáveis da época moderna.



Fig. 19: Ribeira da Fonte Doce

m
14/07/14
SAL
Café
ky



Fig. 20: Ribeira das Árvores



Fig. 21: Estruturas de pedra seca em Ribeira das Árvores

15
na
Chr K
X
C
L

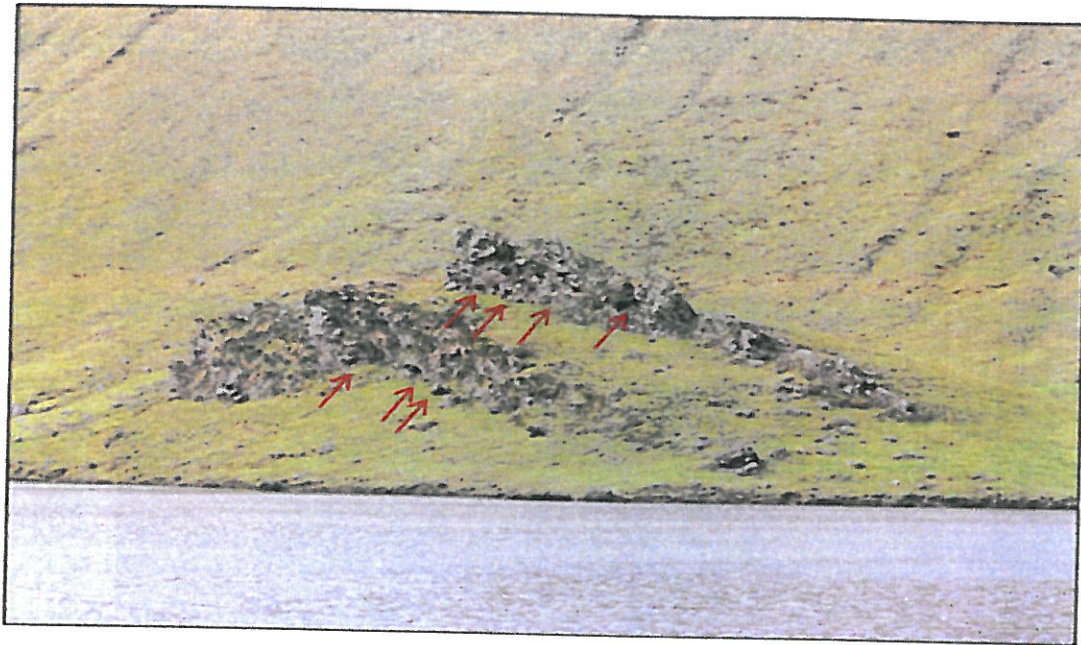


Fig. 22: Montinho do Queijo



Fig. 23: Montinho do Queijo: pormenor

16
M. A. C. S. A. M.
C. S. A. M.
L.



Fig. 24: Estruturas de pedra seca da Ribeira da Lapa



Fig. 25: Cachimbo com indicação das Cavidades

Cafz
L

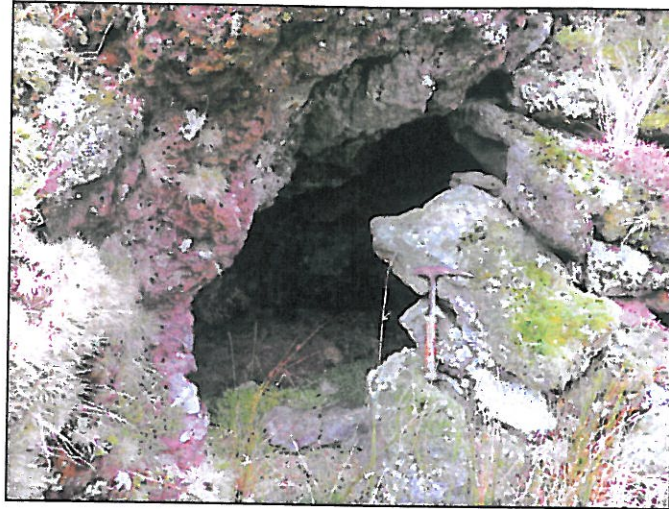


Fig. 26: Uma das cavidades do Cachimbo

[Handwritten signatures and initials]
18
[Handwritten signature]

III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sequência dos trabalhos de campo, gabinete e arquivo efectuados, a Comissão considera que:

1. Sob o ponto de vista geológico, todas as estruturas e formas observadas no lugar do Espigão / Grotta do Medo podem ser explicadas por um processo natural, primário ou secundário;

2. Em termos histórico-arqueológicos, nenhuma das construções observadas nos diferentes locais visitados evidencia uma datação anterior ao povoamento quatrocentista dos Açores;

3. Não foram observados quaisquer indícios de pré-existências às construções anteriormente referenciadas;

4. Os dados arquivísticos recolhidos, associados à observação de terreno, validam cronologias e funcionalidades de natureza militar no Monte Brasil (séculos XVI-XX), usos lúdicos numa parcela da antiga Quinta da Pateira, essencialmente no século XIX, e utilização de âmbito agro-pecuário na ilha do Corvo.

5. A área do Espigão e a sua envolvente foram também usadas como local de extracção de pedra por métodos tradicionais;

Em face do exposto:

1. Entende-se que não é adequada, nem aconselhável, uma abordagem de natureza arqueológica que recorra a métodos de diagnóstico intrusivo para estabelecer a datação das ocorrências identificadas;

2. Relativamente ao sítio do Espigão / Grotta do Medo, a Comissão reconhece a sua relevante valia em termos patrimoniais e, eventualmente, como recurso turístico, assim como a sua importância social como testemunho de vivências das épocas moderna e contemporânea, pelo que estes testemunhos devem ser protegidos, designadamente através de uma eventual classificação;

3. Caso se equacione a sua valorização, tem que ser garantido o seu estudo prévio, nomeadamente através de levantamento topográfico rigoroso, da realização de estudos especializados nos domínios da História Contemporânea e da História da Arte, mediante um projecto de reabilitação elaborado por arquitecto paisagista;

5. Os «artefactos e objectos», eventualmente recolhidos em acções não autorizadas pela tutela e mencionados nos meios de comunicação social, devem ser depositados na DRaC, de acordo com a legislação em vigor;

6. Relativamente aos vestígios e construções observadas no Monte Brasil, a Comissão reconhece o seu interesse no contexto do património militar regional.

7. A Comissão reconhece a relevante valia em termos patrimoniais das estruturas observadas na ilha do Corvo, de resto amplamente referidas na literatura científica (antropologia, geografia, património, arquitectura), assim como a sua importância social como testemunho de vivências tradicionais da comunidade corvina, pelo que estes

testemunhos devem ser protegidos, face ao estado de degradação que alguns já apresentam.

Para finalizar, a Comissão agradece o apoio logístico e as condições proporcionadas pela Direcção Regional da Cultura para o desenvolvimento dos trabalhos e sublinha o facto do cruzamento de saberes diferenciados ter possibilitado uma visão integrada de um património que vem suscitando um acrescido interesse por parte da comunidade.

A Comissão está igualmente grata à Câmara Municipal do Corvo, através do seu Presidente, pelo apoio logístico proporcionado, que assim possibilitou um olhar globalizante sobre um património que constitui uma parte fundamental da identidade da comunidade corvina.

ms
Aníbal J.M.
afm
b

BIBLIOGRAFIA:

- A.A.V.V (1992) - *Analytical field survey*. «World Archaeology», 24 (2)
- ALBUQUERQUE, L. (s. d. [1983]) - *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. "Biblioteca Universitária, 30", 3ª ed., Lisboa: Publicações Europa-América.
- ANGELUCCI, D. (2003) – A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia. In Mateus, J. E.; Moreno García, M (eds.), *Paleoecologia humana e arqueociências: um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura. Trabalhos de Arqueologia*, 29, p. 36-84.
- ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H. ; SCHEICK, C. L. (2001) - An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*, Vol. 9, No. 2, p. 157-211.
- BUTLER, L.A.S.; ISSERLIN B.S.J. (1990) - Report on additional investigations at Corvo (Azores) in June, 1986. *Rivista di Studi Fenici*, 18, 1, p. 125-129.
- CAS, R. e WRIGHT, J. (1987) - *Volcanic successions. Modern and ancient*. London: Chapman & Hall.
- COSTA, B.; FERNÁNDEZ, J. H. (2003) - Necrópolis del Puig des Molins (Eivissa): Las fases fenicio-púnicas. *Miscelánias de Arqueologia Ebusitana (II)* Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera, Ibiza, 52: 87-147.
- CRIADO BOADO, F. (2000) – Combining the different dimensions of cultural space: Is a total archaeology of landscape possible ? In CRIADO BOADO, F.; PARCERO, C.– Landscape, Archaeology, Heritage. Santiago de Compostela: Universidad. TAPA 2 (Trabajos en Arqueología del Paisaje), p. 5 – 10.
- FERDIÉRE, A. ed. (2006) – *La prospection*. Paris : Ed. Errance.
- GASPAR, A. T. (1979) – *Las tumbas fenicias y púnicas del Mediterráneo occidental. Estudio tipológico*. Sevilha: Serviço de publicações da Universidade.
- GUERRERO AYUSO, V. (2009) – Las naves de Kerné (II). Navegando por el Atlántico durante la protohistoria y la antigüedad. In *Fenícios y el Atlântico*. Madrid: Centro de Estudios Fenicios e Punicos, p. 69-142.
- INGOLD, T. (2000) - The Perception of the Environment Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge.
- ISSERLIN, B.S.J. (1984), Did carthaginian mariners reach the island of Corvo (Azores)? Report on the results of joint field investigations undertaken on Corvo in June 1983, *Rivista di Studi Fenici* XII(1), p. 31-46.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. «Madrider Forschungen, 1». Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- MASSET, C. (1993) – *Les Dolmens. Sociétés néolithiques et pratiques funéraires*. Paris: Éditions Errance.
- MATOS, A. T. (coord.) (2005) - *A Colonização Atlântica*, vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa. 2 tomos.
- MATOS, A. T.; MENESES, A. F.; LEITE J. G. R. (Dir. Cient.) (2008) - *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. Vol. I.
- MICHELL, J. (1982) – *Megalithomania. Artists, antiquarians and archaeologists at the old stone monuments*. Londres: Thames and Hudson.
- MOHEN, J.-P. (1989) – *Le Monde des Mégalithes*. «Archives du Temps». Paris: Casterman.
- MOHEN, J.-P. (2000) – *The Carnac Alignments. Neolithic temples*. Paris: Éditions du

Patrimoine / Centre des monuments nationaux.

MONOD, T. (1973), Les monnaies nord-africaines anciennes de Corvo (Açores), *Bulletin de l'Institut Fondamental du Afrique Noire* 35, 231-234; *Ibid.* Note supplementaire 548-550.

PERES, D. (1983) - *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed., Porto, Vertente, 1983.

PODOLIJN, 1778 – Några anmärkningar om de Gamles sjöfart, i anledning af några carthaginensiska och cyrenaiska mynt, fundne år 1749, på en af de acoriska öarne. Det Gotheborgska Wetenskaps och Witterhets Samhällets Handlingar Goteborg, p. 106-108.

RUIZ ZAPATERO, G. (1981) - Notas metodológicas sobre prospección en arqueología. *Revista de Investigación*. [s.l:s.n.]

SAFAR, H. B. (1982) – *Les tombes puniques de Carthage. Topographie, structures, inscriptions et rites funeraires*. Paris: CNRS.

SIGURDSSON, H., HOUGHTON, B., MCNUTT, S., RYMER, H., STIX, J. (2000) – *Encyclopedia of Volcanoes*. Califórnia: Academic Press.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 21 and various initials and scribbles.